



VIII Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica

VIII EnICT

ISSN: 2526-6772

IFSP – Câmpus Araraquara

19 e 20 de outubro de 2023



APONTAMENTOS SOBRE A DISPUTA DE TERRA EM SÃO PAULO A PARTIR DE DADOS DO SITE COLABORATIVO OBSERVATÓRIO DAS REMOÇÕES

Santos, Karla Aparecida Albuquerque dos Santos¹
Silva, Marco Antonio Teixeira²

¹ Graduanda da licenciatura em geografia no Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, s.karla@aluno.ifsp.edu.br

² Doutor em geografia humana pela Universidade de São Paulo, marcola@ifsp.edu.br

Linguagens e ciências humanas - Geografia

RESUMO:

Analisamos o cenário de luta por moradia na cidade de São Paulo e região metropolitana com base nos dados levantados pelo projeto Observatório de Remoções no recorte temporal de 2017 a 2022. Os números demonstram um maior índice de conflitos de posse como justificativa para remoção total das famílias em espaço urbano. Tais conflitos baseiam-se na concentração de terras que viabiliza a especulação imobiliária que promove uma complexidade referente à disputa urbana, devido às contradições entre o acesso à moradia e a propriedade privada, promovendo a manutenção das lutas por moradia.

PALAVRAS-CHAVE: remoções, espaço urbano, reintegração de posse, disputa de terras

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como um de seus elementos a análise da base de dados disponível no site colaborativo Observatório das Remoções. Tal análise nos possibilita pensar sobre a situação contemporânea da disputa de terras no espaço urbano de São Paulo. Desta forma, pretendemos verificar se os dados apresentados podem nos fornecer condições para sustentar a tese de que essa disputa está fundamentada numa questão histórica, a tese de que houve uma inflexão no processo luta por moradia causada pela financeirização, ou seja, que as causas do recrudescimento da luta por moradia deixaram de ser explicadas objetivamente por abordagens quantitativas para tornarem-se qualitativas, explicadas no âmbito histórico de transformações nas formas de reprodução contemporânea. Sob tal hipótese é que traçamos os objetivos da pesquisa no levantamento e análise dos dados disponíveis na plataforma sugerida como meio possível para a compreensão desse

momento, assim como a possibilidade de uma compreensão mais ampla da questão da moradia em termos gerais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como já observara Milton Santos (SANTOS, 2009), o processo de metropolização acontecia em meio a uma acumulação de terras motivada por relações rentistas. Desse modo, se expandia a propriedade privada da terra urbana, mas o sentido rentista e especulativo condicionava uma situação de acesso desigual à terra. Tal processo adquiriu uma condição deveras contraditória na relação entre o crescimento demográfico e o acesso à terra. Acontece que ambos, de modo desmesurado na particularidade do crescimento urbano em São Paulo, acabaram por proporcionar outra problemática mais contemporânea, a raridade do espaço (LEFEBVRE, 2008). Contemporaneamente, podemos propor um complexo de situações que ocorrem ao mesmo tempo na metrópole paulistana na questão do acesso à terra. Por um lado, há uma questão quantitativa, de um crescimento populacional de grandes dimensões em toda a trajetória da metropolização e mesmo anteriormente, o que tornou a terra urbana “escassa”. Por outro lado, no que tange à questão qualitativa, observamos que há uma indisponibilidade de terras por conta da generalização da propriedade privada. Tanto é que em meio a uma diminuição das taxas de crescimento populacional em vários níveis, ocorre um recrudescimento da luta pela terra na metrópole paulistana. Em meio à complexidade que a questão da terra urbana em São Paulo abarca, as contradições entre o acesso à moradia e a propriedade privada produziu fragmentos muito particulares, parcelas de terra que, por diversos motivos, se resguardam dos processos construtivos, mas não dos processos de luta por moradia. Desse modo, as muitas ocupações ocorridas em São Paulo nas últimas décadas são um exemplo dessa contradição e da manutenção das lutas por moradia. Por outro lado, as parcelas ocupadas e construídas têm passado por um processo de ressignificação, pois também se situam na disputa por terra urbana. Aqui temos a substância de nossa pesquisa, os termos que a justificam, uma vez que os levantamentos de dados nos podem revelar essa disputa por espaço urbano tanto das áreas desocupadas quanto em áreas construídas. A partir do mapeamento produzido pela plataforma é que faremos a compilação e a análise dos dados. Os dados apontados pela plataforma são os seguintes: local; total de famílias removidas; data da remoção; situação da remoção; descrição (conforme a fonte); justificativa apontada para a remoção; procedimento com os removidos; presença ou não de movimentos sociais; data ou período de início da ocupação; observações e o link caso seja uma reportagem. Por meio desses dados podemos ter uma ideia significativa da questão da moradia em São Paulo, sobretudo no que diz respeito aos conflitos pela terra, uma vez que essas remoções estão no centro da disputa pelo espaço urbano. A intenção é trabalharmos dados que nos deem ideia das quantidades, ou seja, quantos indivíduos estão envolvidos nesses processos de remoção, assim como o tempo, que é outro dado importante em nossa pesquisa. Pretendemos também verificar a participação de movimentos sociais e os encaminhamentos por parte dos envolvidos

(Estado, particulares). Entendemos que a análise deva ser a mais ampla possível, mas podemos trabalhar com amostragens que nos revelem situações específicas de certas regiões da cidade. Desse modo, podemos também verificar a dinâmica urbana desses processos de remoção em espaços específicos e também a sua comparação com outros espaços na tentativa de revelar alguma dinâmica mais específica. Temos muitos exemplos dentre os levantamentos feitos até agora, como a ocupação Jardim das Rosas localizada no Capão Redondo, cuja reintegração de posse parcial ocorreu em 10/05/2022 e que quarenta e oito famílias foram removidas e cem estão sob ameaça de remoção; a ocupação Bananal em São Bernardo do Campo removida em 05/08/2020 que há relatos de famílias que residem há mais de 40 anos no local; a ocupação Jardim Monte Verde no Grajaú, removida em 29/09/2019 com cerca de 400 famílias. São alguns exemplos que podemos tratar com mais proximidade assim que os levantamentos permitirem. De todo modo, essa perspectiva da análise mais apurada contribui tanto na elaboração dos objetivos gerais quanto dos específicos.

METODOLOGIA

A pesquisa tem como base metodológica o trabalho de gabinete fundamentado em elaborações teórico-metodológicas e de levantamento, tratamento e análise de dados. Os fundamentos teóricos têm um caminho já traçado pela trajetória de pesquisa há tempos conduzida nesta temática, mas que se renova e se redescobre a cada proposição. Tais fundamentos nos levam a uma compreensão histórica de um movimento de inflexão na reprodução sócio-espacial, com a qual temos certa familiaridade e a partir dela pretendemos ampliar as perspectivas. Do ponto de vista da base de dados, a proposta metodológica compreende uma análise do “mapeamento” disponível no site “Observatório das Remoções”. Para a coleta, compilação e análise, pretende-se a elaboração de uma tabela que contemple os objetivos aqui propostos de modo a permitir que dados como localização, quantidades, distribuição espacial e temporal, causas e formas de participação social e institucional possa ser realizada de modo a possibilitar a análise final e a proposição dos resultados com os recortes sugeridos anteriormente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento foram mapeados 103 itens da plataforma colaborativa, com um recorte temporal de 2017 até 2022. Na zona leste até agora analisamos 50 ocupações sendo 12 removidas parcialmente, 36 remoções totais e 2 sem informação, tais remoções foram executadas por conflito da posse da terra (29 remoções), área de risco (1), obras públicas (12), proteção ambiental (5), sem informação (1), tendo o impacto em média de 4 mil famílias, e tal número foi impactado pela falta de dados. Na Zona Oeste uma remoção, sendo ela total e afetando 40 famílias, na zona norte : 3 remoções totais, 1 parcial e 1 sem informação. as justificativas são obras públicas (1), conflito por posse de terra (2) área de risco (1), proteção ambiental (1), nesta região 308 famílias em média foram impactadas. Na Zona Sul: 20 ocupações removidas, sendo 8 de forma parcial e 12 de forma total. Estas ocorreram por conflito da posse de terra (9), urbanização de favela (1), área de risco (5), incendio (1), fiscalização territorial (2), obras públicas (1) e domínio de rodovia (1) com tais remoções em

média 5615 famílias foram afetadas. No ABC Paulista 23 ocupações foram removidas afetando 7909 famílias, sendo 9 remoções totais e 14 de forma parcial, sendo por conflito da posse da terra (11), obras públicas (3), área de risco (6), proteção ambiental (3), urbanização de favelas (1) e uma sem informação. Na Região Metropolitana temos 4 remoções, sendo 3 de forma total e uma de forma parcial, afetando 1300 famílias. Até o momento, a análise parte de um esboço quantitativo. Ao realizarmos todo o levantamento que a plataforma colaborativa dispõe, partiremos para a análise qualitativa, de modo a compreender os dados apresentados a partir da relação que estes pressupõem com a tese e os objetivos desenvolvidos para esta pesquisa.

CONCLUSÕES

Por meio desses dados elaborados ao longo da pesquisa podemos ter uma ideia significativa da questão da moradia em São Paulo, sobretudo no que diz respeito aos conflitos pela terra, uma vez que essas remoções estão no centro da disputa pelo espaço urbano. A intenção é trabalharmos dados que nos deem ideia das quantidades, ou seja, quantos indivíduos estão envolvidos nesses processos de remoção ao longo do tempo, que é outro dado importante em nossa pesquisa. Pretendemos também verificar a participação de movimentos sociais e os encaminhamentos por parte dos envolvidos (Estado, particulares). Pretendemos que seja uma análise mais ampla possível, mas podemos trabalhar com amostragens que nos revelem situações específicas de certas regiões da cidade. Desse modo, podemos também verificar a dinâmica urbana desses processos de remoção em espaços específicos e também a sua comparação com outros espaços na tentativa de revelar alguma dinâmica mais específica.

REFERÊNCIAS

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008

Mapeamento colaborativo RMSP. Labcidade disponível em <[Mapeamento colaborativo RMSP - LabCidade \(usp.br\)](http://mapeamento.colaborativo.rmsp.usp.br)> acessado em 10 de maio de 2023

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo** - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009

SEABRA, O. C. de L. **Pensando o processo de valorização e a geografia** – Boletim Paulista de Geografia nº 66: Associação de Geógrafos Brasileiros. São Paulo, 1988